

GEOPOLÍTICA E UNIVERSALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DESTRUTIVA

Sócrates Menezes*

Resumo: O texto analisa a relação entre a geopolítica e as atuais formas de acomodação das contradições do capitalismo global (Harvey, 2005), no contexto da crise sociometabólica estrutural do capital (Mészáros, 2011). Busca demonstrar como a geopolítica, enquanto expressão das relações de poder entre os Estados e de seus interesses extranacionais, tornou-se um dos principais mecanismos de universalização da produção destrutiva. Argumenta-se que, na dinâmica da crise estrutural — marcada pela ativação dos limites absolutos da acumulação —, o sistema produtivo deixa de operar como mediador da reprodução ampliada do capital e se converte em força destrutiva imanente. Nesse cenário, a geopolítica deixa de ser mera manifestação de poder para se tornar instrumento autofágico. Conclui-se que, a partir do atual quadro geopolítico — caracterizado pela reconfiguração dos blocos de poder, pela importância da China, pelos conflitos em Gaza e na Ucrânia e pelas investidas imperialistas na Venezuela e na Groenlândia —, evidencia-se um movimento geral de autodestruição, que se expressa em duas frentes: a produção perdulária destrutiva e a destruição objetiva promovida pela guerra.

Palavras-chave: geopolítica; crise estrutural do capital; produção destrutiva.

GEOPOLITICS AND THE UNIVERSALIZATION OF DESTRUCTIVE PRODUCTION

Abstract: The text analyzes the relationship between geopolitics and the current forms of accommodation of the contradictions of global capitalism (Harvey, 2005), within the context of the structural sociometabolic crisis of capital (Mészáros, 2011). It seeks to demonstrate how geopolitics, as an expression of power relations among states and their extranational interests, has become one of the principal mechanisms for the universalization of destructive production. It argues that, within the dynamics of the structural crisis—marked by the activation of the absolute limits of accumulation—the productive system ceases to function as a mediator of the expanded reproduction of capital and becomes an immanent and systemic force of destruction. In this scenario, geopolitics ceases to be merely a manifestation of power and becomes a self-negating and self-destructive instrument. It concludes that, in light of the current geopolitical context—characterized by the reconfiguration of power blocs, the importance of China, the conflicts in Gaza and Ukraine, and imperialist incursions in Venezuela and Greenland—a generalized dynamic of systemic self-destruction becomes evident, expressed on two fronts: waste-intensive destructive production and the material destruction produced by warfare.

Keywords: geopolitics; structural crisis of capital; destructive production.

1 INTRODUÇÃO

Em um texto intitulado “A Geopolítica do Capitalismo”, publicado em 1981, David Harvey (2005a, p. 161) assim conclui sua reflexão sobre o

* Doutor em Geografia e professor da Graduação e da Pós-Graduação em Geografia da UESB: socratesmenezes@yahoo.com.br.

contexto demarcado pela relativa estabilidade e prosperidade econômica que caracterizou o período entre 1945 e a década de 1970:

Essa é a estrutura geopolítica relativamente estável em que ocorreu o *boom* do pós-guerra. Também é a estrutura ameaçada pelo próprio sucesso dessa dinâmica. A superacumulação e a desvalorização, como começamos observando, se manifesta em toda parte, e a coesão interna do mundo capitalista como um todo, assim como das alianças regionais de classes dentro desse mundo, ameaçam se desintegrar num caos de competição e forças antagônicas. Será que há – que pode haver – alguma maneira de impedir tal desintegração e todos os seus inalteráveis horrores associados?

A relativa estabilidade geopolítica à qual se refere Harvey se deu por três razões complementares ocorridas após a Segunda Guerra Mundial: (i) a aceitação do rearranjo global que relegava à União Soviética significativa zona de dominação da porção oriental europeia e aos Estados Unidos os territórios oceânicos dos impérios em declínio, além de uma importante zona de influência na Europa ocidental e no Japão; (ii) o relativo equilíbrio estratégico, político e militar sob o controle dessas hegemonias globais¹; e (iii) o *boom* econômico demarcado por uma onda global de modernização capitalista e “pós-capitalista”² (Mészáros, 2011).

Ainda que o processo de descolonização tenha trazido consideráveis conflitos efetivamente beligerantes, com ondas revolucionárias na Ásia (Guerra da Coreia, Guerra da Indochina e depois a Guerra do Vietnã), na África (Guerra da Argélia, Guerra do Congo e a independência de Angola e Moçambique) e na América Latina (Revolução Cubana), tais eventos não chegaram a abalar a relativa estabilidade global. Na verdade, a queda dos impérios tradicionais e os movimentos revolucionários significaram efetivamente contradições perturbadoras da glorificada “Era de Ouro”. Mas a contínua expansão econômica a partir de um massivo processo de industrialização sustentou a estabilidade,

¹ “Apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados [EUA x URSS], mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência” (Hobsbawm, 1995, 223).

² Para Mészáros (2011), a experiência soviética e o modelo produtivo por ela posto em prática, embora tenha superado a forma da propriedade capitalista, foi sustentada pelos mecanismos de extração do sobretrabalho e da acumulação do capital. Assim é denominada pós-capitalista porque superou o capitalismo, mas não o metabolismo social do capital. Para a presente análise, essa diferenciação é central.

mesmo que diante da Guerra Fria. Por fim, as nações recém-libertas do colonialismo foram inseridas ao jogo do mercado mundial por meio de suas respectivas zonas de influências, efetivando, assim, a mundialização do capital.

Do ponto de vista geopolítico, a Era de Ouro do capital significou a reconfiguração da produção, fundada no tripé fordismo-taylorismo-keynesianismo, e do poder global, integrando também os países do “terceiro mundo”. O *boom* econômico que sustentou a reconfiguração geopolítica agora sobredeterminada pelas relações de produção e pelo mercado universalizado não foi pouco significativo. No período, a produção industrial quadruplicou e o crescimento no comércio global aumentou em dez vezes. Na agricultura, o crescimento em produtividade por hectare dobrou, enquanto a pesca aumentou três vezes. A forte urbanização era o indício da aplicação industrial na construção das cidades que cresceram monstruosamente (Hobsbawm, 1995).

O *boom* do pós-guerra se deu pela alta produtividade que gerou uma superprodução e, por sua vez, a superacumulação. Isso não poderia se dar, do ponto de vista das nações, sem uma forte “coesão interna” e sucessivas alianças regionais de classes. Essas alianças, que se deram também de forma multiescalar, amorteceram estruturalmente as contradições que se desenvolviam no interior dos sistemas nacionais de produção. A própria demanda por direitos avançou consideravelmente, afetando gerações inteiras da classe trabalhadora integrada ao sistema acumulativo. Um forte discurso desenvolvimentista seguiu completando a necessária justificação ideológica da modernização. Assim o mundo experimentou a maior onda de crescimento econômico da história, da qual se acreditava ilimitada, porque parecia ser administrável e governável.

2 A GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO E A CRISE ESTRUTURAL

Para Harvey (2005a), a geopolítica está ligada ao conjunto de estratégias com que se tenta resolver, por meio de soluções externas, contradições internas acumuladas de uma “sociedade civil” dada no desenvolvimento de suas forças produtivas. Tais contradições são oriundas da forma especificamente histórica com que o sistema acumulativo do capital, pela sua dinâmica expansiva, está estruturalmente orientado para a produção dos excedentes de capital e trabalho que tendem à sobreacumulação, à desvalorização e às crises. A

“geopolítica do capitalismo”³ está relacionada ao movimento ou a mobilização dos excedentes superacumulados nos limites dos territórios nacionais e sua extrapolação, por intermédio do Estado, no sentido de acomodá-los em outras regiões para efeito de prolongamento temporal dos seus efeitos destrutivos. Portanto, representa o processo de “exportação” de capitais em desvalorização pelos diversos mecanismos de dominação política e territorial no mundo, tendendo sempre à drenagem de riquezas para os centros hegemônicos. Isso implica a distribuição geográfica e o ordenamento inter-regional e internacional do trabalho, que são determinados pela correlação de forças imperialistas, pela distribuição de poderes no mundo (centro e periferia) e pelas formas de alianças de classes que se dão no território. Assim, é a forma política e estratégica dos “ajustes espaciais”, ou melhor, da “ordenação espaço-temporal” (Harvey, 2005b) do sistema acumulativo orientado para formação das crises de sobreacumulação.

Se a análise geopolítica é recorrentemente acusada de negligenciar os interesses de classes por trás da política que envolvem os Estados – tendo sobre estes uma visão abstrata, tornando-os sujeitos autônomos das relações de dominância internacional –, para Harvey ela deve ser a expressão e o exercício desses interesses em relação ao mercado mundial que, por sua vez, funciona tendendo à crise. Assim, a perspectiva geopolítica de Harvey consegue articular a teoria da acumulação capitalista, seu funcionamento crítico e sua propensão à crise; o imperialismo e as reconfigurações hegemônicas das relações política globais; e a materialização delas pela estruturação das coerências territoriais a partir das alianças de classes.

Sendo a sobressaída dos colapsos críticos próprios da acumulação por meio de contínuas reconfigurações territoriais e políticas que visam a acomodar contradições potencialmente destrutivas, a geopolítica do capitalismo se coloca sempre como uma resposta sistêmica à ativação de seus limites estruturais. E, de fato, ao menos até o final da década de 1980 e início de 1990, a geopolítica e o Imperialismo Americano pareciam acomodar com certa facilidade as tensões econômicas e sociais por meio da dissipação global dos problemas domésticos dos países hegemônicos. Isso evitava conflitos mais sérios.

³ “A locução ‘geopolítica do capitalismo’ evidencia um momento de síntese do autor [Harvey] que resume o exercício teórico e metodológico das suas principais publicações clássicas para pensar as dinâmicas entre os Estados, os territórios e o mercado mundial” (Assis, 2020).

Entretanto, a conseqüente e inevitável onda de desvalorização que se seguiu não haveria de ser menos sutil. A quebra do Tratado de Bretton Woods em 1971 (que desde 1944 ancorava o dólar ao ouro e estabilizava a valorização da moeda internacional), as crises do petróleo em 1973 e 1979 (e a conseqüente elevação do preço da principal fonte energética da produção), a queda do consumo e das taxas gerais de lucro, além do desemprego estrutural, sobretudo nas economias centrais, foram fenômenos que indiciavam uma crise que se alastrava por todo tecido socioeconômico.

A superprodução relativa atingida nos *trinta anos gloriosos* elevou os níveis de concorrência a um ponto autofágico, o que levou a um processo geral de falências. A desregulamentação dos mercados de capitais e da força de trabalho se mostrou um caminho trágico, mas único. A fuga de capitais da esfera produtiva para a financeira e sua conseqüente hipertrofia (Chesnais, 1996), a precarização do trabalho e a mudança do padrão produtivo para a denominada *acumulação flexível* (Harvey, 1993), tornaram-se movimentos irresistíveis e irremediáveis. As funções do Estado foram deslocadas da promoção do Bem-Estar Social para o administrativismo (das crises), na esteira da orientação neoliberal que incidiu ideologicamente na política governamental (privatizações, desregulamentações) e na reprodução social por meio de uma cultura pós-moderna focada no subjetivismo individualista.

Nesse novo mundo em que se anunciava o fim da história⁴, em que o capitalismo teria, por fim, triunfado e completado seu processo hegemônico global, parecia também se tornar evidente a estabilidade da crise que se revelaria, por sua vez, permanente e estrutural (Mészáros, 2011). Tal constatação não se explicita apenas pela continuidade dos conflitos e dos genocídios étnicos no Leste Europeu (dissolução da Iugoslávia) e no Oriente Médio (notadamente a Palestina), mas também pelo funcionamento crítico dos grandes circuitos financeiros do capital, improdutivos e mantenedores de uma “Economia de Guerra Sem Guerra”⁵ entre os países pacificados.

⁴ Como anunciava o famoso artigo do influente filósofo conservador nipo-americano Francis Fukuyama, *O Fim da História*, em 1989.

⁵ “A forma econômica da economia de guerra improdutiva já há muito tempo que atingiu também a produção de bens civis. A substância de trabalho da produção de mais-valia no seu conjunto foi atingida pelo desenvolvimento das forças produtivas. O resultado foi a alimentação artificial do processo de valorização através do sistema de crédito e, mais recentemente, através das bolhas financeiras: no fundo, uma economia de guerra sem guerra”

A expansão da valorização, cada vez mais atrelada ao capital fictício e assegurada pelo *complexo militar industrial*, seu guardião de última instância, amplificou a instabilidade geopolítica em um mundo já há algum tempo ameaçado pelo perigo nuclear. Parece que, por fim, a “coesão interna” e as “alianças de classes” que estabilizaram a geopolítica nos anos dourados se irromperam pelas profundas “forças antagônicas”, colocando a “desintegração e seus inevitáveis horrores associados” como uma realidade evidente.

Para Mészáros (2011), o conjunto dos instrumentos ativados com o processo da desvalorização desde a década de 1970 evidencia um ponto de não retorno da crise. Os deslocamentos das contradições passariam muito mais a agravá-la do que propriamente conceder-lhe sobrevida. A financeirização e a hipertrofia das formas improdutivas da valorização, resultantes do deslocamento de capitais provindos da esfera produtiva (notadamente, a indústria); a flexibilização da produção como forma de deslocamento da queda estrutural das taxas de lucro derivada do desenvolvimento exacerbado da composição orgânica do capital a partir de um novo padrão técnico e tecnológico; a desregulamentação do trabalho e o desemprego estrutural como deslocamentos políticos e econômicos dos prejuízos empresariais; o neoliberalismo e as privatizações como mecanismos de transferência de recursos público e de funções sociais do Estado para a iniciativa privada, reduzindo ainda mais as condições de reprodução da classe trabalhadora; e a “globalização” como deslocamento para o comércio exterior da concorrência intercapitalista – universalizando o processo de desvalorização também para setores produtivos do capital constante (maquinaria, tecnologia e ciência) –, converteram as possibilidades e os mecanismos de superação das crises em instrumentos de sua permanência e intensificação.

A crise estrutural se revela, ainda nos termos de Mészáros, como a realização da potência auto-orientada para a acumulação e concentração de riquezas que se dá de forma expansiva, incontrolável e totalizadora. Isso faz com ela se expresse, não como redução da capacidade produtiva, mas, pelo contrário, como “produção-perdulária”. A resposta quantitativa do problema qualitativo que gera a crise implica o desenvolvimento ainda maior da produtividade e do volume de excedentes (capital, trabalho, mercadorias e

(Kurtz, 2009).

força produtiva) incapazes de serem absorvidos pelo próprio sistema, ao menos dentro dos estritos limites garantidores de uma taxa de lucro minimamente crescente. O resultado é a destruição generalizada como forma de manutenção e reprodução da acumulação que, contraditoriamente, continua a crescer e intensificar em um “mundo de recursos limitados”. Nos termos de Mészáros (2011, p. 614),

Este modo particular de reprodução social é sobrecarregado com uma contradição por fim explosiva que transforma suas potencialidades *positivas* em realidades *destrutivas*. Esta virada no desenvolvimento se torna tanto mais pronunciada quanto mais se aproxima dos limites do sistema do capital – os limites das cada-vez-mais-perdulárias quantificação e expansão num mundo de recursos finitos.

Trata-se, por isso, de uma crise sociometabólica (Mészáros, 2011), e ela deve se referir às múltiplas formas de mediação com que o processo de acumulação pela acumulação ativou seus limites absolutos, ainda que o processo de acumulação capitalista mantenha-se reproduzindo. Isso significa que suas forças produtivas foram convertidas em forças destrutivas e toda tentativa de inversão desse processo deságua em agravamento dele próprio. Quer dizer que não se trata apenas de crises capitalistas (elas podem e até devem ser superadas), mas das formas impossíveis com que estão entrelaçados processos produtivos e destrutivos expansivamente fundados na extração do valor-trabalho. Nota-se aqui que, para Mészáros, capital e capitalismo são coisas distintas: o primeiro como ordem sociometabólica, por isso mais abrangente, funcionando inclusive em sociedades pós-capitalistas a exemplo da União Soviética e China atual; e o capitalismo como uma de suas formas possíveis de realização.

Tem-se a partir de então a conversão das forças produtivas em forças destrutivas. Descobre-se a partir da generalização da destruição uma importante força produtiva ao mesmo tempo em que se efetiva a produção destrutiva. Em um primeiro momento, descobre-se na capacidade destrutiva inerente aos processos de modernização, desenvolvimento e atualização técnico/tecnológica, impostos a realidades consideradas resistentes, uma forma de expandir os investimentos por meio da “abertura” de novos espaços e novos setores. Em um segundo momento, a destruição passa a ser planejada como mecanismo de antecipação ou aceleração da rotação do capital, mediante

a diminuição da distância entre produção e consumo, alcançada a partir da mudança da natureza produtiva das mercadorias, cada vez mais descartáveis, com vida útil reduzida e submetida à obsolescência programada. Desse modo, a lógica destrutiva passa a integrar a lógica produtiva. Opera-se, assim, uma mudança estrutural na lógica do metabolismo social: de um capitalismo que se legitimava ao encontrar na *destruição produtiva* inspiração justificadora para outro capitalismo que deve agora admitir a *produção destrutiva* como fundamento de sua dinâmica de reprodução.

A emergência de uma produção destrutiva, iniciada em importantes setores produtivos (automobilístico, tecnologia e alimentos), mostrou-se inevitável, e sua expansão se tornou irresistível. A racionalização produtiva por meio da adoção dos variados mecanismos de obsolescência programada, além da emergência de uma cultura consumista e de descartáveis, aderiu às formas específicas dos setores, moldando-se às suas particularidades até, por fim, generalizar para todo complexo socioeconômico.

A universalização da produção destrutiva deixa de ser potencialidade anunciada para ser realidade empiricamente verificada, não apenas pela produção generalizada de descartáveis ou pelo esgotamento de recursos naturais e pelos sérios problemas ambientais daí decorrentes, mas, principalmente, pela contaminação do próprio tecido socioespacial por formas destrutivas de se produzir. É nesse ponto que encontramos o espaço, pois se ele é a generalidade da produção, uma totalidade da produção humana, ao mesmo tempo em que a condiciona, é também nele que a conversão destrutiva se sobrepõe. Por um lado, o espaço continua sendo o destino para onde se deslocam excedentes de capitais em processo de desvalorização, sobretudo a partir do processo de urbanização; por outro, desloca-se também para sua dimensão esse tipo de produção negativada que opera dialeticamente tanto pela destruição do já produzido quanto pela produção destrutiva propriamente dita, configurando aquilo que pode ser definido como um espaço-ruína⁶.

Se for correto afirmar, como entende Mészáros, que o sistema sociometabólico do capital tenha ativado seus limites absolutos e que a produção perdulária destrutiva seja a forma predominante de manutenção e reprodução

⁶ Sobre a forma-ruína da produção do espaço ativada no contexto da crise estrutural, há um debate mais estruturado em Menezes (2024): “A espacialização da crise do capital e a emergência da forma-ruína”.

da acumulação, teria o espaço também ativado seus próprios limites enquanto receptáculo de acomodação das contradições da desvalorização? Se, diante da crise estrutural, a produção do espaço passa a ser mediada por uma forma negativa, uma forma-ruína, teria o espaço atingido sua função histórica no capitalismo? Do ponto de vista geopolítico, a atual “desintegração e todos os horrores inalteráveis associados” (como citado por Harvey acima), inclusive a partir da ascensão de novos e antigos conflitos que tornam prementes a ameaça nuclear, seria uma evidência suficiente da ativação dos limites absolutos da própria geopolítica como instrumento de distribuição global das contradições da acumulação em crise?

3 A GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XXI E A UNIVERSALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DESTRUTIVA

A geopolítica no século XXI não pode ser compreendida sem o percurso não resolutivo dos problemas estruturais que encerram o século XX. A década de 1990 se caracterizou pelo fechamento de um relativo longo período de crise que afetou decisivamente o equilíbrio do poder global. A queda do Muro de Berlin (1989) e o fim da URSS (1991) significaram, mais do que o suposto “esgotamento da experiência socialista”, o colapso da primeira fronteira do sistema acumulativo. A “liberação” de suas respectivas economias nacionais ao mercado global anárquico, também em crise (Kurz, 1992), deu-se por meio de desastrosos processos de desestatização e privatizações, que instauraram níveis radicais de desigualdade social. Por sua vez, significou também a reconfiguração territorial de importantes países (Alemanha, os Balcãs e, notadamente, a fragmentação da Iugoslávia), possibilitando sua consequente reentrada na dinâmica do poder global. A aparente atmosfera de independência ou autonomia nacional na Europa, a “redemocratização” na América Latina e um tipo de “ocidentalização” na Ásia oriental (com a emergência dos Tigres Asiáticos) tenderam a falsear a estrutural instabilidade que colocaria o Novo Imperialismo Americano na hegemonia geopolítica nesses conturbados anos.

O mundo que se forjava sob a égide neoliberal e da chamada “Pax Americana”, sustentado por uma economia desregulamentada e flexibilizada, “democrática” e “ocidental”, vê-se rondado por um novo espectro: as crises financeiras. Na sequência dos anos de 1990, as crises dos países “emergentes”

dariam uma clara noção do poder destrutivo e autorrealizável (Krugman, 2009) desse novo tipo de *queima de excedentes* nas economias periféricas, já abaladas pelo colapso inflacionário e pela dívida externa que crescia assustadoramente. As crises mexicana (1994), asiática (1997) – que transformou os *Tigres Asiáticos em gatinhos manhosos* (Mészáros, 2011) – russa (1998), brasileira (1999) e argentina (2001) representaram muito bem a forma como essas economias foram integradas a um mercado que exigia abertura irrestrita.

A dissolução da União Soviética e a disposição de suas economias nacionais, além do forte desenvolvimento econômico do Japão e depois da Alemanha unificada, haveriam de intensificar ainda mais a concorrência a ponto de provocar “ranhuras”⁷ na acumulação ampliada do capital. Assim a crise atinge também os centros produtivos e os diversos setores da produção, universalizando-se. Exigia-se um tipo de “freio” à liberação destrutiva neoliberal, e o caminho foi o recrudescimento da geopolítica por meio de uma lógica imperialista imponente por parte dos EUA. A essa altura, a crise se flagrava pela hipotrofia industrial (bastante impactada pela lógica toyotista e já em movimento oligopolista), hegemonização dos setores improdutivos e pelo crédito.

Diante de tal circularidade implosiva, a nova fronteira geopolítica se dirige para o Oriente Médio e contra o suposto movimento pan-árabe, na tentativa de deslocar para a guerra as atenções dos problemas nacionais dos Estados Unidos. Era igualmente importante o controle dos imprescindíveis recursos naturais que manteria equilibradas suas tensões sociais e produtivas. Como corretamente observou Harvey (2005b), a guerra foi “tudo por causa do petróleo”. Isso porque, contraditoriamente, uma nova crise da principal fonte energética mundial – com a consequente elevação de preços, da inflação e do

⁷ Nas palavras de Harvey (2005b, p. 151), “A abertura dos mercados globais de mercadorias e de capital criou ranhuras por onde outros Estados se inseriram na economia global, primeiro para absorver, mas depois para produzir capitais excedentes. Esses Estados tornaram-se então competidores no cenário mundial. Surgiu aquilo que se pode denominar ‘subimperialismos’, não só na Europa, mas também no Leste da Ásia e no Sudeste Asiático, à medida que cada centro em desenvolvimento de acumulação do capital buscava ordenações espaço-temporais sistemáticas para seus próprios capitais excedentes mediante a definição de esferas territoriais de influência”.

desemprego – poderia significar a aniquilação do que sobrara de estabilidade para os estadunidenses, incendiando suas explosivas contradições internas⁸.

Por outro lado, uma ocupação militar injustificável poderia ter efeito ainda mais explosivo, nos moldes de um “efeito Vietnã”. Assim, reconheceu-se “num relatório de 1999 que seria necessário ‘um evento catastrófico e catalisador, como um novo Pearl Harbor’, para tornar aceitável internacional e domesticamente um ataque militar” (Harvey, 2005b, p. 22). Os atentados de 11 de setembro significaram, a um só tempo, a justificativa necessária para avanço militar estadunidense diante de uma opinião pública hipostasiada; e a abertura de um novo flanco geopolítico – primeiro no Afeganistão, depois no Iraque sob o falso pretexto das armas de destruição em massa – em direção daquela que se tornaria pouco tempo depois sua grande antagônica: a China.

O novo quadro geopolítico estava assim montado: um exercício imperialista que transitava da “modalidade neoliberal para a modalidade conservadora” (Harvey 2005b, p. 150), uma política territorial agressiva capaz de inserir em definitivo o complexo militar-industrial ao cotidiano da acumulação, a expansão das aberturas econômicas sob o véu “democrático ocidental” e ampliação dos mercados nacionais por meio da apropriação privada dos bens coletivos (saúde, educação, saneamento etc.). Ainda segundo Harvey (2005b, p. 88),

Depois de 2001, a geopolítica mundial entrou em uma nova fase, em que a acumulação por espoliação e o poder militar dos Estados Unidos se tornaram elementos centrais para reorganizar o controle territorial e o acesso a recursos estratégicos.

A *ordenação espaço-temporal* da crise global parecia ter encontrado sua âncora e seu guardião mais temível que, assim, apresentava-se por suas perigosas facetas: o conservadorismo (beirando fascismo) para o controle das

⁸ “A recessão iniciada no começo de 2001 (e que se acentuou devido ao choque de 11 de setembro) não cedia. O desemprego crescia e era palpável a sensação de insegurança econômica. Os escândalos corporativos se sucediam em cascata e impérios empresariais aparentemente sólidos se dissolviam literalmente da noite para o dia. Erros contábeis (bem como a corrupção pura e simples), bem como brechas na regulamentação estavam desmoralizando Wall Street, e as ações e outros ativos estavam despencando. Os fundos de pensão perderam entre um quarto e um terço de seu valor (quando não evaporaram de vez, como ocorreu com os fundos dos empregados da Enron), e as perspectivas de aposentadoria da classe média sofreram um rude golpe” (Harvey, 2005b, p. 20).

tensões internas, ocupações militares para imposição de interesses externos, a economia de guerra e a espoliação de populações inteiras.

Se, ao menos até 2001, organizações intergovernamentais como a ONU e seus correlatos exerciam alguma influência no controle das tensões globais, a escalada da violência e das invasões iniciada e estimulada pelos EUA minou esse sistema internacional que, em larga medida, havia contribuído bastante para a relativa estabilidade do período da Guerra Fria.

A dinâmica geopolítica passou, então, a adquirir nova complexidade, ainda mais depois do epifenômeno da crise financeira de 2008 e da Pandemia Covid-19. O acirramento das tensões geopolíticas ganhava força tanto quanto o Estado Imperialista e a suposta governança global se viam incapazes de gerir os efeitos destrutivos dessa nova realidade crítica.

Tratava-se, em última instância, de uma necessidade interna do próprio Estado. As intervenções internacionais como forma de queimar as “mercadorias de combate”, inclusive a massa de trabalhadores desempregados e empobrecidos como bucha de canhão no Afeganistão e no Iraque, além da demonstração de poder do Novo Imperialismo, era imprescindível. Basta lembrar que não foi nenhum conservador tradicional do Partido Republicano quem mais intensificou as intervenções militares, mas sim o governo “progressista” de Barack Obama (2009 - 2017).

A volatilidade das combinações e das alianças globais se tornou premente, sobretudo quando se evidenciou limitado o poder dos Estados Unidos de controlar tamanha vastidão e diversidade regional no mundo, comprovada na vergonhosa saída do Afeganistão (2021) sem consolidar em seu território sequer um governo alinhado ao Ocidente. Enquanto isso, o enfraquecimento das instituições hegemônicas multilaterais haveria ainda de deteriorar a autonomia e a importância de outras centralidades geopolíticas. Países europeus, notadamente Inglaterra, França e Alemanha, mas também não europeus como Austrália e Canadá, endossaram o apoio quase irrestrito à violência imperialista sem sequer uma justificativa minimamente racional para suas populações. No entanto, o alinhamento com tal magnitude contra nações tão vulneráveis militarmente parecia, de maneira contraditória, sintoma de fraqueza, inclusive econômica.

Na contrabalança das relações internacionais, “isso pode sem dúvida indicar o surgimento no mundo de um bloco de poder ‘antineoliberal’”

(Harvey, 2005b, p. 187). Observado de um ponto de vista mais atual, esse movimento pode também ser compreendido como uma antipostura neoliberal na articulação externa, combinada, de modo contraditório, com a ampliação interna das políticas neoliberais, como acabou se consumando no Brasil com o retorno ao governo do Partido dos Trabalhadores em 2023. De uma forma ou de outra, o “Sul Global” admite uma postura crítica à ocidentalização do mundo ao mesmo tempo em que contribui para a emergência de uma ordem multipolar. Assim, o que parece estar definido é um choque entre mundos geopoliticamente distintos: de um lado, a homogenia neoliberal-ocidental e democrática orientada pelo eixo do Norte (EUA, Europa e Japão); de outro, a multipolaridade heterogênea e instável que é o “Sul Global”.

É nesse contexto que a bipolaridade e a multipolaridade ganham destaque no acirramento das disputas por áreas de influências. Na Ásia, a China se destaca por seu perfil geopolítico pouco intervencionista (com a exceção da questão de Taiwan) e por sua crescente importância econômica. Passou a ser a principal parceira comercial de países glorificados no Ocidente como os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coreia do Sul), além da Austrália e, a partir de 2007, o Japão. Cumpre ressaltar que esses países mantêm uma forte e histórica vinculação com os Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial. A China ainda faz parte do BRICS, organização criada em 2009 que também tem Brasil, Índia e África do Sul e, a partir de 2024, Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Etiópia e Irã.

A importância do BRICS é central não apenas pela sua grandeza econômica (25% do PIB global) e populacional (40,7% da população), mas sobretudo por representar a consolidação de um eixo de países não centrais da economia global. Isso faz balançar fortemente a distribuição geopolítica, especialmente em detrimento da aliança relativamente fragilizada EUA-Europa-Japão. A inserção desse grupo de países de mercados emergentes interfere decisivamente na forma de articulação em continentes inteiros, como na América Latina, na África e, principalmente, na Ásia. O estreitamento entre as gigantes China e a Índia – esta que se tornara em 2023 a mais populosa do mundo com 1,450 bilhões de pessoas, passando exatamente a China – consolida ainda mais um “protobloco” do que se denomina como “Sul Global”.

No entanto, sob a liderança da China – que parece oscilar entre ser um novo tipo de experiência de desenvolvimento econômico, o chamado

“socialismo de mercado” (Jabour, 2020)[10], e ser a última fronteira de deslocamento espaço-temporal dos excedentes do capital em crise – os rumos geopolíticos dos emergentes do Sul parecem bem incertos. Primeiro porque a volatilidade que impera não permite traçar um quadro mais ou menos estável de hegemonia, dada a sua própria natureza multipolar. Segundo porque, apesar do “refluxo” do imperialismo americano, não seria nada prudente desprezar a influência e o seu poder bélico (visto em prática contra o Irã e a Venezuela). Como observa Mészáros (2011), o capital necessita de um guardião que garanta sua incontabilidade.

Especificamente sobre a China, embora não seja objeto do presente texto analisar mais profundamente sua experiência, é importante destacar que a ampliação e a consolidação de sua área de influência após a crise de 2008 ocorreram de forma considerável. Com a intensificação da atuação do Estado, em contraste com a redução dos investimentos privados, fortaleceu-se uma locomotiva produtiva interna fortemente atrelada ao projeto urbano-industrial, o que permitiu à China sustentar não apenas a si mesma, mas também muitas outras economias – talvez o próprio capitalismo (Harvey, 2018). A intensa absorção de recursos naturais destinados à construção de complexos ambientes e infraestruturas – de estradas e ferrovias a cidades e regiões inteiras – salvou não apenas a fraturada economia chinesa, mas ainda inúmeras outras economias emergentes exportadoras de commodities, como a brasileira. Assim, se os efeitos da crise afetaram mais incisivamente as principais economias globais desintegrando seus mercados internos, sua passagem arrefecida, como uma “marolinha” (como referia o presidente brasileiro Lula da Silva), pelas economias semiperiféricas se deu exatamente pela natureza produtiva (materiais e recursos) vinculada à construção acelerada de todo um país gigantesco como a China.

Como observa Assis (2024, p. 6),

A recuperação de empregos, perdidos na indústria de bens de consumo, fez a China produzir, para Harvey, uma “urbanização sem alma” e, muitas vezes, sem nada acontecer nas cidades além de uma monumentalidade gigantesca. Os investimentos produtivos em capital fixo, construindo cidades e infraestruturas, ou seja, todo um sistema técnico que participasse diretamente da economia chinesa, foi a forma encontrada para absorver o mais-valor e a capacidade produtiva excedente a partir da construção de habitações, hotéis, aeroportos,

restaurantes, teatros, estádios de futebol, rodovias e ferrovias, com gastos imensos com importações de matérias-primas e com intensas destruições ambientais.

Um proletariado em monstruoso crescimento (pelas múltiplas formas de espoliação), os baixos salários relativos, bem como a consolidação de um ambiente urbano e industrial apropriado e tecnologicamente direcionado à absorção dos excedentes globais de capital favorecem o desenvolvimento dessa fronteira de expansão. Em paralelo, como observa Harvey (*apud* Assis, 2024), um sistema financeiro crescente, que exerce significativa proteção contra o movimento de queda das taxas de lucro por meio da ação do Estado e do foco na ampliação da massa geral do lucro, exerce um efeito contratendencial à crise.

Observa-se, assim, a recorrência de uma receita antiga, ao mesmo tempo em que também se nota a repetição de uma contradição explosiva em todas suas experiências históricas: uma extração de lucro bastante atrelada ao baixo desenvolvimento do capital orgânico e uma forte tendência igualmente intensa à sua elevação. Isso ocorre de forma acelerada em duas frentes: (1) no esgotamento dos limites espaciais para absorção do valor-trabalho e (2) no sucesso da “fronteira tecnológica”, ou no momento em que ela efetivamente significar aumento generalizado da produtividade.

Mas aqui também se observa um forte traço da crise estrutural: a expansão da produção destrutiva e sua conseqüente obsolescência antecipada pela magnitude de excedentes mobilizados e imobilizados no e pelo espaço. Como lembra Assis (2024, p. 56),

O excesso de construções, como antecipava Harvey, anunciava um perigo futuro referente a uma “grave crise de sobreacumulação de capital fixo”, isto é, cidades fantasmas, infraestruturas sem usos, trens sem usos, excesso de imóveis e habitações fechadas etc.

Aqui se expressa essa dimensão curiosa e trágica da crise. Ao se manifestar como disposição de excedentes, como mais produtividade, como mais produção generalizada e, em decorrência disso, como mais produção de espaço, este último só pode se efetivar por meio de formas indispostas à valorização, portanto improdutivas, ou sob a forma das ruínas citadas anteriormente. Representa a ativação daquela forma de desenvolvimento descrita por Harvey

(2021, tradução nossa), que é “vazia, que é esvaziada, e assim uma forma de urbanização e uma forma de acumulação de capital que opera agora [e] que se concentra na criação de tipos de ambientes sem sentido”.

Essa é a expressão da produção destrutiva perdulária, uma dimensão por onde se manifesta a crise sociometabólica, materializada na produção excedente de formas-ruína do espaço. No entanto, ela deve se expressar também na metamorfose do espaço em ruínas efetivas, ou seja, na destruição absoluta que só a guerra pode provocar. Tal dimensão é facilmente evidenciada no histórico genocídio israelense contra o povo de Gaza entre 2023 e 2025 e sua intensificação com a ocupação do território palestino e líbio. Mas é no conflito russo-ucraniano que essa dimensão se torna mais sintomática.

Se a guerra do Estado de Israel contra Gaza e Líbano remonta os meios pelos quais os problemas geopolíticos da Segunda Guerra não foram suficientemente resolvidos, a Guerra na Ucrânia iniciada em 2022 revela como esses problemas podem se agravar criticamente. Isso porque ela passa a significar o ponto de encontro de várias dimensões da perigosa geopolítica em curso. Ela é a síntese (1) da falência do sistema internacional de amortecimento das tensões políticas; (2) do choque de perspectivas de mundo que se divide entre o projeto ocidental-neoliberal e o projeto multipolar e diverso do “sul global”; e (3) o saldo irresoluto da geopolítica própria dos tempos da crise estrutural, especialmente instaurado com o fim da União Soviética.

No que se refere especificamente sobre a Ucrânia, embora sua independência em relação à União Soviética tenha se efetivado após a dissolução do bloco em 1991, é importante considerar que foram preservadas estreitas relações políticas e econômicas pela vinculação histórica com a Rússia, vínculos que remontam ao período do império czarista. No entanto, a relativa estabilidade com o vizinho de longa data teve seu ponto de rompimento no conjunto de manifestações chamadas de “Euromaidan”, ocorrido em 2013 e 2014. Essas mobilizações tiveram como origem a reivindicação pela aderência do país à União Europeia e ao “projeto ocidental”. Muito estimulada pela direita e extrema-direita, em ascensão também em seu território, inclusive com flagrante intervenção internacional, a articulação política – nutrida no mesmo contexto de uso direcionado das plataformas de redes sociais que levaram à Primavera Árabe – levou, enfim, ao golpe que depôs o presidente eleito Víktor Yanukóvytch e todo seu governo.

A perspectiva de alinhamento ao projeto de homogenia ocidental e neoliberal em um contexto nacional de frágil unidade pela complexa diversidade étnica e cultural, incide diretamente na dimensão geopolítica pela importância estratégica da Ucrânia. A expansão da OTAN em direção ao leste europeu, vinculando praticamente todos os países ex-soviéticos dessa região, intensificou, por parte da Rússia, preocupações em territórios ucranianos situados a leste (então incorporados à Ucrânia no período da antiga URSS), caracterizados por maioria populacional russa e elevada importância geoestratégica e militar: Luhansky, Donetsk, Zaporizhzhia, Kherson, além da Crimeia, anexada em 2014.

A guerra iniciada em 2022 põe em movimento dois instrumentos ativos de resolução geopolítica: de um lado, a lucrativa maquinaria de guerra do complexo industrial militar global, primeiramente mobilizada pela Rússia, potência militar e nuclear, e posteriormente pelos Estados Unidos e pela Europa em apoio à Ucrânia; de outro, a destruição sistemática como forma de “limpeza de área” para os lucrativos investimentos na reconstrução e reestruturação de um país em ruínas. À luz desse processo, seria possível considerar a Ucrânia a próxima fronteira da acumulação? Antes, porém, devemos perguntar se haverá história para contar e mundo para construir.

4 CONCLUSÃO: “SOCIALISMO OU BARBÁRIE?”

Se, para Harvey e demais estudiosos observadores da geopolítica e do cenário destrutivo que se montou nesse primeiro quartel do século XX, a natureza da crise estrutural não pode assim ser considerada porque “conotaria um aspecto falso de inevitabilidade e ruína cancerosa, ou mesmo de um fim apocalíptico” (Harvey, 2016, p. 205), o resultado potencial dos conflitos em andamento (além dos latentes) deve merecer uma consideração especial na medida em que eles próprios parecem adquirir seus próprios limites absolutos. Primeiro porque se perdeu a referência do equilíbrio político internacional, e segundo porque – e em consequência – o horizonte irresoluto abre margem para a escalada da violência destrutiva inimaginável.

O agravamento do conflito entre Rússia e Ucrânia, com o envolvimento de dez mil soldados norte-coreanos em prol da Rússia, o uso de armas americanas e europeias de longo alcance por parte da Ucrânia e o lançamento de mísseis

balísticos intercontinentais capazes de levar ogivas nucleares por parte dos russos, reacende o perigo de uma catástrofe global. De novo, o mundo se encontra em um momento em que a geopolítica revela um caminho conflitivo sem volta, ao mesmo tempo em que a produção destrutiva também se revela empiricamente em toda sua magnitude global.

Se, em seu tempo, Marx assinalava que o desenvolvimento das forças produtivas poderia chegar a seus limites até se converterem em forças destrutivas, o presente parece confirmar essa previsão. A humanidade, diante de uma crise estrutural sem precedentes, vê-se forçada a escolher a ordem social para salvaguardar a própria existência. Hoje, mais do que nunca, torna-se evidente – e Mészáros (2003) quer nos fazer enxergar – que a crise não é apenas econômica; é sociometabólica. Não há saídas conciliatórias: ou se cria uma nova forma social substancialmente emancipada, ou se caminha para a autodestruição, pois talvez nem mesmo a barbárie reste como alternativa.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. A perspectiva a geopolítica do capitalismo para David Harvey, *Revista Conexão Política*, Teresina, v. 9, n. 1, 2020.
- ASSIS, Raimundo Jucier. Sobre a China: colisões interpretativas em David Harvey sobre o “Socialismo de Mercado”. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, Rio Claro, v. 22, n. 1, 2024.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FUKUYAMA, Francis. The end of history? *The National Interest*, Washington, D.C., n. 16, p. 3-18, Summer 1989.
- HARVEY, David. *A loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005a.

- HARVEY, David. *As 17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005b.
- HARVEY, David. The urbanization of China: anti-capitalist chronicles (S3 E16). *Democracy at Work*, 01 jul. 2021. Disponível em: https://www.democracyatwork.info/acc_the_urbanization_of_china?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 nov. 2024.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JABOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. *Nova Economia*, v. 30, n. 3, 2020.
- KRUGMAN, Paul (org.). *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- KURZ, Robert. Economia de guerra sem guerra. *Neues Deutschland*, Berlim, 27 mar. 2009.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do Socialismo de Caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MENEZES, Sócrates. A espacialização da crise do capital e a emergência da forma-ruína. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, Rio Claro, v. 22, n. 1, 2024.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. *Século XXI: Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.